

EDITORIAL

O debate sobre a educação inclusiva encontra-se na agenda pedagógica brasileira e as propostas na área refletem diferentes posicionamentos sobre os aspectos epistemológicos, culturais, econômicos e políticos relacionados ao tema, bem como análises distintas acerca das atuais diretrizes políticas com vistas à inclusão escolar do público alvo da educação especial.

Mesmo reconhecendo a legitimidade de alguns questionamentos sobre a viabilidade de se construir um sistema educacional inclusivo em um país de tantas desigualdades, entende-se que uma política de inclusão escolar, que assegure o direito à educação das pessoas com deficiência, altas habilidades/superdotação e transtornos globais do desenvolvimento, é um imperativo moral, político e legal para o sistema educacional brasileiro, e sendo uma questão de valor, o momento agora para a pesquisa é o de implementar e aperfeiçoar e não de questionar sua validade.

Embora não se discuta a perspectiva filosófica da inclusão escolar, na prática, as propostas políticas podem e devem ser continuamente escrutinadas. Por outro lado, traduzir a inclusão escolar das leis, dos planos e intenções para a nossa realidade requer produção de conhecimento e prática, sendo esta uma tarefa para a pesquisa científica. E é justamente nestas duas direções que o dossiê temático, abordando o tema educação inclusiva, apresentado nesta edição,

ganha significado. Nele, os três primeiros trabalhos problematizam a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, sendo dois estudos teóricos e uma pesquisa de campo e as duas investigações restantes são estudos qualitativos sobre práticas educativas desenvolvidas em escolas que se propõem inclusivas.

Em um texto instigante e elucidativo, Santos e Batista problematizam: o que significa utilizar a expressão “Educação Especial” na perspectiva da educação inclusiva no Brasil? Como se dá essa dinâmica? O ensaio teórico, em sintonia com a compreensão da política como um processo participativo, construtivo e cognitivo, parte da análise documental de textos normativos e orientadores e, em seguida, destaca a discussão sobre os efeitos dos direcionamentos dessas políticas.

Referenciados no debate proposto por Muller e Surel sobre a abordagem cognitiva da política pública e sobre o processo de transformação de um problema social em político, Batista e Silva se propõem a compreender um pouco da dinâmica que envolveu a construção da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, ou seja, analisam como se deu a inserção da proposta de uma educação inclusiva na agenda política nacional. Os autores analisam o documento “Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” como um texto orientador e formulam o seguinte questionamento: o movimento que caracteriza a história da Educação Especial no Brasil tem oferecido, ao campo compreensivo, novos referenciais, novas formas para se interpretar os problemas e os desafios atinentes à educação das pessoas com deficiência? O que muda com essa política?

Matos e Mendes desenvolvem reflexões sobre a proposta de inclusão escolar no contexto nacional de implementação das políticas educacionais, tomando como base a revisão de literatura sobre o tema e os resultados de uma pesquisa sobre as demandas decorrentes da educação inclusiva e das possibilidades de atuação do psicólogo escolar. O artigo referencia obras no campo da Educação Especial, da

Pedagogia e da Psicologia, bem como documentos e publicações legais, promovendo o diálogo das áreas com os profissionais da educação que atuam em prol do atendimento educacional especializado nas redes regulares de ensino.

As autoras demarcam um posicionamento teórico sobre o tema da inclusão escolar, evidenciam os desafios enfrentados pelos diversos atores educacionais para construção de escolas inclusivas e analisam a atual Política Nacional em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, problematizando seus resultados no que se refere ao acesso e garantia do direito a educação do público alvo da Educação Especial, com a previsão de escolarização nas classes comuns do ensino regular. Sustentam que o futuro da política de inclusão escolar em nosso país dependerá de um esforço coletivo, que obrigará a uma revisão na postura de pesquisadores, políticos, prestadores de serviço, familiares e pessoas em situação de deficiência, para trabalharem numa meta comum: uma educação de melhor qualidade para todos. Na perspectiva epistemológica, Matos e Mendes compreendem que a Educação e a Pedagogia, sozinhas, não darão conta desta proposição, sendo necessário recorrer a outras áreas do conhecimento e apontam perspectivas e contribuições possíveis da Psicologia neste processo.

A indagação provocadora da pesquisa de Lago e Almeida, realizada em um município do interior da Bahia, no período de 2008/2010 foi: quais as concepções dos professores que atendem alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação sobre a Política de Inclusão Escolar implementada pela Secretaria Municipal de Educação da qual fazem parte? Neste estudo, 30 professores se posicionaram e apresentaram suas concepções a respeito dos aspectos positivos e negativos da política de inclusão escolar do município, avaliaram os cursos sobre inclusão escolar, oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação (SMED), discutiram a atuação do Núcleo de Educação Inclusiva desta secretaria e revelaram como se deu o processo de matrícula dos alunos com deficiência nas escolas da rede municipal de ensino onde a pesquisa foi realizada.

O estudo suscita questões relevante sobre o nível de (in)satisfação dos educadores em relação à política nacional, aponta contribuições dos protagonistas sobre os tipos de mudanças necessárias e questiona: se o apoio ao professor da classe comum que atende alunos com deficiência é amplamente preconizado em documentos oficiais, por que essa prerrogativa ainda não se efetivou na prática?

Outra temática relevante nas discussões atuais sobre inclusão escolar é o papel das salas de recursos multifuncionais. Cia e Rodrigues questionam como ocorre a relação do professor da sala de recursos multifuncionais com o professor da sala comum, familiares e demais profissionais que atendem o aluno pré-escolar incluído e verificam sugestões para a melhoria dessa relação. As autoras se fundamentam nas legislações e políticas que asseguram aos alunos da educação infantil que apresentam necessidades educacionais especiais o direito ao atendimento educacional especializado (AEE), preferencialmente nas salas de recursos multifuncionais (SRM).

Segundo documentos oficiais, as SRM deverão contar com a presença de professores especialistas, capacitados para atuar também com os professores regulares e com a família do público alvo da educação especial, de forma que o atendimento seja mais completo e traga mais benefícios. Os dados da pesquisa de Cia e Rodrigues foram obtidos por meio de um questionário semi-aberto, composto por cinco questões, que foi aplicado com cinco professoras da Educação Especial que atuavam em três pré-escolas municipais. O estudo levanta questões pertinentes à relação entre educação especial e educação infantil, problematiza o papel dos professores das SRM, ressalta princípios comuns norteadores do trabalho de professores da classe comum e da SRM junto a crianças de até cinco anos e discute a importância da participação familiar na construção da proposta inclusiva e nos avanços de seus filhos com deficiência.

O estudo de caso realizado por Ciantelle, Leite e Martins procura discutir e orientar a prática pedagógica de alunos da educação especial, com vistas ao seu desenvolvimento acadêmico. As autoras “descrevem

as ações da Psicologia da Educação na Educação Especial, realizadas durante uma proposta de intervenção psicoeducacional para auxiliar o redirecionamento das práticas pedagógicas, apoiadas na avaliação do desempenho acadêmico e do comportamento adaptativo de dois alunos com diagnóstico de autismo, matriculados no ensino comum”.

Profissionais da área de Educação e da Educação Especial têm se voltado para o desenvolvimento e oferta de estratégias didático-pedagógicas que favoreçam a permanência de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino comum, inclusive com a oferta do AEE em salas multifuncionais, viabilizando o acesso desses educandos ao currículo da escola comum. A partir das intervenções na realidade escolar realizadas por Ciantelle, Leite e Martins se problematiza: são todas as crianças e adolescentes que se encontram em condições de se beneficiar do ensino em salas comuns de escolas regulares ou cada caso deve ser analisado individualmente? Em casos graves de transtornos globais do desenvolvimento, a escola especial pode vir a se constituir como alternativa educacional mais efetiva para o desenvolvimento desses educandos? Qual o respaldo teórico e legal para esta possibilidade? O trabalho oferece indicativos claros a respeito do trabalho colaborativo, fundamentado nos princípios da inclusão escolar, que pode ser desenvolvido entre os diversos profissionais da escola, entre a Universidade, a escola e a família, e apresenta contribuições que a psicologia da educação pode oferecer à educação especial. Nas palavras das autoras, este estudo também reitera “que a tensão se instala diante da decisão sobre a escolarização de alunos com transtornos de espectro autista (TEA)”.

Além do dossiê temático apresentado, cinco outros textos compõem este número da revista abordando temáticas vinculadas às discussões sobre Educação e Inclusão. Focando a mesma discussão do dossiê, Silva, com o artigo “a escrita da língua de sinais na escola inclusiva através do AEE”, apresenta para o debate elementos sobre o Ensino da Língua de Sinais (ELS), destacando a prática de ensino desta língua no Atendimento Educacional Especializado (AEE) em uma

escola comum que atende alunos surdos na cidade de Sapucaia do Sul. Neste artigo, a autora destaca a experiência inovadora da escola com ELS e, nesta perspectiva, a presença de professores surdos trabalhando com professores ouvintes em turmas com alunos surdos. O texto discorre sobre a experiência inovadora e seu resultado na inclusão destes alunos. Com relação à ELS, a autora afirma estar convicta de que esta “pode ser utilizada na escola inclusiva. A ELS se constituiu como espaço de liberdade, sem as limitações da escrita”.

Diante da dificuldade de implementação da inclusão na escola e considerando o desrespeito a individualidade e a unicidade do indivíduo com a exclusão dos diferentes, os autores Telles e Krug, com o texto “Prática docente: a corporeidade como processo de inclusão”, alimentam o debate sobre a temática, “procurando promover o processo que dê às escolas ambientes cada vez mais inclusivos e participativos, utilizando novos métodos que propiciem a interação escola/comunidade e professor/aluno, por meio de uma consciência histórica e filosófica de definição de mundo”. O objetivo da pesquisa, um estudo de caso, foi analisar a inclusão em uma cidade na região noroeste da região sul do Brasil.

No artigo “Das ideias pedagógicas em favor das diferenças a uma perspectiva filosófica da diferença: orientações baseadas em Deleuze, Tarde e Leibniz”, Cestari e Duarte apresentam reflexões sobre a presença da diferença no pensamento pedagógico brasileiro. As discussões apresentadas integram pesquisa que visa “analisar as formas de disseminação dos discursos em favor das diferenças e ou da pluralidade no pensamento pedagógico brasileiro recente e parte do pressuposto de que o pensamento pedagógico brasileiro tem sido influenciado por um cenário que é plural e diferente nos sujeitos”. Nesta perspectiva, os autores destacam que esta influência contribui para introduzir no cenário educacional outras formas de dizer sobre as experiências formativas, evidenciando um novo momento.

Crusoé, Moreira e Ramos, com o texto “O preconceito racial percebido/não percebido pelas professoras, na educação

fundamental”, apresenta uma instigante reflexão sobre o preconceito racial na escola. Este texto se relaciona com as atuais discussões sobre relação étnico-racial, compreendida “como componente que atravessa as relações, entre as pessoas, no cotidiano escolar”. As autoras têm por objetivo “analisar o preconceito racial percebido/não percebido, pelas professoras, na educação fundamental, entre negros e brancos”. Como resultado da pesquisa, o texto destaca o papel do professor que pode, ao atuar como mediador no processo ideológico, contribuir com a desmistificação dos estereótipos e preconceitos na sala de aula.

No artigo “Democratização da universidade brasileira por meio das cotas”, Silva Filho apresenta contribuições com o debate em torno de uma temática que tem se polarizado entre seus defensores e opositores, avançando nas reflexões teóricas e evidenciando a importância das ações afirmativas para garantir princípios de igualdade entre os grupos discriminados. Apresenta a importância da política de expansão do número de vagas pelo REUNI e pelo PROUNI por contribuir para maior diversidade no país. O autor destaca que os resultados da pesquisa reforçam a necessidade de se adotar ações afirmativas para o ingresso nas universidades para que assim possa, de fato, ser reduzida a “iniquidade do caso brasileiro, que aponta uma diferença de renda e de acesso aos bens, inclusive acesso à Educação Superior, entre negros e brancos, entre indivíduos de baixa renda e alta renda e entre egressos de escolas públicas e escolas privadas”.

Ao leitor, deseja-se uma boa leitura e que também possa contribuir com o debate e a socialização das reflexões abordadas neste número.

Enicéia Gonçalves Mendes e Selma Norberto Matos
Organizadoras do Dossiê Temático

José Jackson Reis dos Santos e Sandra Márcia Campos Pereira
Editores da Revista Práxis Educacional